

O AUMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO PODER ECONÔMICO BRASILEIRO, NOS ANOS DE 2010 À 2015.

Wellington Alves Teixeira¹, Cicero Lourenço da Silva², Diego Sellan Bergamin³, Sara Barbosa de Oliveira⁴

RESUMO:

O presente estudo tem como interesse realizar uma investigação e uma verificação do aumento da carga tributária na economia brasileira. Para isso, explorou-se os fatores econômicos decorrentes das atividades governamentais, e as suas influências no âmbito econômico e social brasileiro. A pesquisa qualitativa-quantitativa possibilitou contextos mais amplos sobre o aumento dos tributos, visto que a interpretação dos seus resultados se deu por meio de dados estatísticos e a coleta de informações. Além disso, a pesquisa permitiu-nos uma comparação entre a carga fiscal e a sua aplicação no cenário brasileiro com relação aos demais países. Então de acordo com essas análises, a relevância deste trabalho é esclarecer as medidas políticas e os seus efeitos sobre a economia e a nação brasileira; tendo como objetivo central fazer uma avaliação do impacto socioeconômico do aumento da carga tributária no Brasil no período de 2010 entre 2015.

Palavras-chaves: Carga tributária, Fatores econômicos, Medidas políticas, Pesquisa qualitativa-quantitativa.

1. INTRODUÇÃO:

Um dos grandes problemas enfrentados pela sociedade brasileira é a alta carga tributária. Devido a sua complexidade, é preciso saber o seu conceito e a sua função; sendo esta última determinada pelo Estado e suas políticas econômicas.

O Código Nacional Tributário (CNT,1996) define a carga tributária segundo o artigo 03:

“ Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo nela o valor se possa exprimir, que não constitua sanção do ato ilícito instituída em lei cobrada mediante atividade plenamente vinculada.”

1 Universidade Regional do Cariri, email: wellingtonat2017@gmail.br

2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, email: autor4@ifce.br

3 Universidade Federal do Cariri, email: diego.sellanbergamim@gmail.com

4 Universidade Regional do Cariri, email: sara.b.oliveira5@gmail.com

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

*05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri*

Essa arrecadação desses tributos é feito pelos entes da federação como: União, Estados, e Municípios. Essa maneira de gerar receitas é feita por vários países, que têm os objetivos de fornecerem e financiarem bens públicos como: educação, saúde, segurança e entre outros.

Mas em relação ao Brasil; o fato principal não é a elevação dos tributos e nem a quantidade de dinheiro que o país gasta, mas sim a maneira como gasta que por sinal é péssima e precária. (ELOI,2013) afirma:

“Mesmo com os sucessivos recordes de tributação, o Brasil continua dando péssimo retorno aos contribuintes, no que se refere a qualidade do ensino, atendimento de saúde pública, segurança, saneamento básico, entre outros serviços. E o pior, fica atrás de outros países da América do sul.”

Essa dificuldade pode estar atrelada a vários aspectos sendo um deles o pagamento injusto e desigual da carga fiscal. Conforme o (IPEA,2008) “O aumento dos impostos consumiam 53,9% dos rendimentos das pessoas que ganham até dois salários mínimos. Já na parcela mais rica da população a carga fiscal era 29% dos rendimentos acima de 30 salários mínimos”. Então entende-se que o crescimento econômico referente a diversidade de suas riquezas, nem sempre esteve associado ao seu desenvolvimento econômico.

Além do aspecto citado acima podemos implicar também que o aumento da carga influência em dois fatores: a renda e a folha de pagamento. De acordo com a (RECEITA FEDERAL,2013). “Ao mesmo tempo os tributos sobre a renda dos brasileiros somaram 18% do total da carga ano passado, sendo que a folha de pagamentos totalizaram 25,18%.”

Portanto partindo desse pressuposto a questão a ser debatida é: como o Estado deve tributar sem comprometer a economia e o padrão de vida da sociedade?

Nesse caso, diante disso, a relevância desse trabalho é esclarecer as medidas políticas e as suas consequências sobre a economia e a sociedade brasileira, na qual tal relevância se encontra embasada nas finalidades do estudo que são essas: analisar os fatores das atividades políticas econômicas que geram o aumento da carga fiscal e as suas consequências. Em tese, resumindo; o objetivo central do estudo é avaliar os impactos socioeconômicos da carga tributária no Brasil no período de 2010 a 2015.

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

2. METODOLOGIA:

O presente estudo se caracteriza como explicativo, no qual segundo (Gil,2008) “aprofunda o conhecimento da realidade visando obter uma razão lógica de tais assuntos.” Por se tratar de um tema abrangente e ter dimensões macroeconômicas realizou-se um conjunto de informações com o objetivo de selecionar as informações principais que visam explicar o assunto referido de maneira mais geral, clara e objetiva.

Além disso foi feito a coleta de dados referentes a um determinado período para esclarecer e dar um embasamento do que o conteúdo estar se tratando. A coleta de dados como foi feito com os índices percentuais de pagamento pela população; realizou-se em sites oficiais e arquivos públicos de onde se obtiveram os dados.

Dessa forma, a pesquisa tendo rendimento bibliográfico usou-se o método indutivo, relacionando as variantes quali-quantis. Em razão disso a metodologia é mista; pois ela procura explicar a razão das coisas pelo meio qualitativo, e busca a interpretação teórica através de dados estatísticos referentes ao meio quantitativo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Para se avaliar os impactos que a carga fiscal gera, deve-se comparar a soma de seus produtos arrecadados com o Produto Nacional Bruto (PNB) ou (PIB) que é a soma das riquezas de um país. Devido a isso observe o gráfico abaixo.



XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

Decorrente do que foi mostrado no gráfico, nos últimos 5 anos entre 2010 e 2015 o percentual foi de 32,44% e 32,66% tendo um aumento de 0,22% em relação ao PIB. Para os brasileiros sentiu o impacto imediato da alta dos impostos por conta do aumento das alíquotas de PIS/Cofins dos combustíveis. Esse aumento da carga sobre o PIB se dá também pelo fato de o Brasil possuir um grande sistema de saúde, educação, e previdenciário que muitos países não tem. Ou seja, pelo fato de o Estado ser “inchado” os seus custos se tornam maiores que em conjunto com a falta de investimentos privados, obriga o país a aumentar suas receitas tributárias.

Na tabela abaixo, mostra-se uma comparação entre o modelo socioeconômico brasileiro com relação aos demais países. O Brasil ocupa a 30 posição do ranking do IRBES(Índice de Retorno e Bem Estar a Sociedade) cujo seu orçamento fiscal exige 35,13% da carga sobre o PIB. Em contrapartida comparados com Austrália e Estados Unidos que tem carga mais baixa, observa-se uma disparidade no IDH e no IRBES. Além disso , há países com cargas mais altas como Itália, França, Suécia mas que tem um desenvolvimento econômico melhor que o Brasil.

QUADRO RANKING FINAL DOS 30 PAÍSES PESQUISADOS E O IRBES

DESCRIMINAÇÃO RANKING 30 PAÍSES DE MAIOR TRIBUTAÇÃO	ÍNDICE DE RETORNO AO BEM ESTAR DA SOCIEDADE			
	ANO 2010	ANO 2011	ÍNDICE OBTIDO	RESULTADO
	C.T SOBRE O PIB	IDH	IRBES	RANKING
AUSTRÁLIA	25,90%	0,929	164,18	1º
ESTADOS UNIDOS	24,80%	0,910	163,83	2º
CORÉIA DO SUL	25,10%	0,897	162,38	3º
JAPÃO	26,90%	0,901	160,65	4º
IRLANDA	28,00%	0,908	159,98	5º
SUIÇA	29,80%	0,903	157,49	6º
CANADÁ	31,00%	0,908	156,53	7º
NOVA ZELÂNDIA	31,30%	0,908	156,19	8º
GRÉCIA	30,00%	0,861	153,69	9º
ESLOVÁQUIA	28,40%	0,834	153,23	10º
ISRAEL	32,40%	0,888	153,22	11º
ESPANHA	31,70%	0,878	153,18	12º
URUGUAI	27,18%	0,783	150,30	13º
ALEMANHA	36,70%	0,905	149,72	14º
ISLÂNDIA	36,30%	0,898	149,59	15º
ARGENTINA	29,00%	0,797	149,40	16º
REPÚBLICA TCHECA	34,90%	0,865	148,39	17º
REINO UNIDO	36,00%	0,863	146,96	18º
ESLOVÊNIA	37,70%	0,884	146,79	19º
LUXEMBURGO	36,70%	0,867	146,49	20º
NORUEGA	42,80%	0,943	145,94	21º
ÁUSTRIA	42,00%	0,885	141,93	22º
FINLÂNDIA	42,10%	0,882	141,56	23º
SUÉCIA	44,08%	0,904	141,15	24º
DINAMARCA	44,06%	0,895	140,41	25º
FRANÇA	43,15%	0,884	140,52	26º
HUNGRIA	38,25%	0,816	140,37	27º
BÉLGICA	43,80%	0,886	139,94	28º
ITÁLIA	43,00%	0,874	139,84	29º
BRASIL	35,13%	0,718	135,83	30º

CARGA TRIBUTÁRIA 2010 - PROVISIONAL - FONTE OCDE
IDH 2011 - PREVISÃO- FONTE PNAD - ONU

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

4. CONCLUSÃO:

É imprescindível a influência da carga tributária no âmbito socioeconômico, no qual condizem com os fatores que a geram e suas consequências. De acordo com o devido estudo, os aspectos decorrentes da elevação dos impostos foram: a corrupção e instabilidade política, a redução na balança comercial, falta de apoio a investimentos privados e as dívidas internas e externas. Partindo desses fatos suas consequências seriam: desemprego, redução da renda, e recessão econômica.

Nesse contexto é perceptível ter soluções como: ajuste fiscal entre receitas e gastos, redução de impostos e aumento de pagamentos e reforma tributária, mas retomando a problemática no início desse trabalho. Como é que o Estado deve tributar sem comprometer a economia e o padrão de vidas da sociedade?. De maneira oculta o referente estudo nos mostra que deve-se haver mais empregos aliados ao investimento e ao consumo, ou seja, deve-se ter uma harmonização social referente a democracia com a questão econômica ligada ao intervencionismo estatal.

5. REFERENCIAS:

brasil-Código Tributário Nacional lei 5.172 de 25 de outubro de 1996.

Disponível em <http://Planato.gov.br/ccivil.03/leis/15172-htm>

ELOI, Olenique; **CNPL-Brasil é o país que proporciona pior retorno entre os países**. Disponível <http://ibpt.com.br>>noticia.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**.4.ed.Sao paulo: Atlas,2008.

IBPT Estudo sobre a carga tributária/PIB X IDH IRBES-2013-Slideshare.

Disponível em <https://pt.Slideshare.net>>Mobile>IBPT

IPEA Folha de S.Paulo-Pobre paga mais tributos que rico, diz IPEA-01/07/09. Disponível em <http://w.w1folha.uol.com.br>>dinheiro.

Repasse da Arrecadação de Contribuições Destinadas às outras Entidades e Fundos. Disponível em:<<http://idg.receita.fazenda.gov.br>